

Sob o olhar delas: Uma análise da cobertura do g1 PB sobre a Barbárie de Queimadas pela perspectiva das repórteres mulheres¹

Maria Gabriella Alves LOIOLA²

Glória RABAY³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo entender as particularidades dos discursos nas matérias produzidas por mulheres acerca de um crime de violência de gênero, buscando a presença de empatia. Baseado na análise crítica do discurso inglesa (Fairclough, 2001) e no feminismo negro (Piedade, 2017), a pesquisa analisou a cobertura do caso “Barbárie de Queimadas”, de um estupro coletivo que terminou em duplo feminicídio no agreste da Paraíba em 2012. O material da análise foi composto por seis matérias, escritas e assinadas por repórteres mulheres da cobertura realizada pelo portal g1 PB. Através da investigação do material de estudo foi possível evidenciar que os textos escritos por mulheres possuem marcas de empatia que não culpabilizam a vítima, mas as humanizam e contribuem na luta por justiça.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; barbárie de queimadas; cultura do estupro; feminicídio.

APRESENTAÇÃO

A “Barbárie de Queimadas” foi um caso de estupro coletivo de cinco mulheres, organizado em uma festa para ser o presente do aniversariante, que terminou no duplo feminicídio de duas das vítimas, Izabella Pajuçara Frazão Monteiro e Michelle Domingos da Silva. O crime aconteceu em fevereiro de 2012 no município de Queimadas, localizado no agreste da Paraíba a 133 quilômetros da capital João Pessoa.

Ao reconhecer a banalização do estupro ao ponto dele ser considerado um “presente de aniversário”, o alto índice de violência contra mulher durante mais de dez

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Recém-graduado do Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), email: maria.gabriella@academico.ufpb.br.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (DEJOR/UFPB), email: gloria.rabay@gmail.com.

anos após o caso — segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, ao longo da última década (2012 a 2021) mais de meio milhão de brasileiros foram vítimas de violência sexual. Esse número foi obtido apenas pelo registro de boletins de ocorrência, portanto ainda há subnotificação — e uma presença massiva de homens dentro dos discursos de poder, foi problematizado a necessidade da democratização do discurso, tendo mulheres dando voz a outras mulheres.

O presente trabalho teve como objetivo entender as particularidades dos discursos em matérias produzidas por mulheres acerca de um crime de violência de gênero, buscando a presença de empatia para compreender como as mulheres podem mudar a forma de noticiar esses casos. Para além deste, os objetivos específicos pretendem entender como a cultura do estupro normaliza a violência contra mulher e investigar pelo viés jornalístico a cobertura do caso “Barbárie de Queimadas”. Para entender a importância do discurso midiático sobre casos de violência de gênero, é necessário compreender que a existência de uma ideologia de culpabilização das mulheres não é algo natural e sim, uma repetição que foi absorvida pela sociedade.

A pesquisa está embasada nos preceitos teórico-metodológicos da análise crítica do discurso (Fairclough, 2001) e utiliza o conceito de “dororidade” teorizado pela autora brasileira Vilma Piedade. Compreendendo que a análise crítica do discurso investiga a reprodução e manutenção de um sistema de dominação, mas também trabalha com a democratização do discurso e a transformação social, pretendo analisar os discursos veiculados em matérias do portal g1 PB, buscando a presença de empatia nos textos escritos por repórteres mulheres conforme o conceito de dororidade. Segundo (Piedade, 2017), as mulheres são irmanadas pela dor comum, que no presente trabalho trago como “medo de ser a próxima”.

O material da análise é composto por 61 notícias e reportagens, das quais foram selecionadas seis matérias assinadas por repórteres mulheres da cobertura do g1 PB, portal de notícias relacionado a TV Cabo Branco, afiliada da Globo na Paraíba, durante os onze anos (2012-2023) após a Barbárie de Queimadas. Do material escolhido para análise, três matérias foram produzidas no ano do crime e as outras três matérias foram publicadas após o julgamento dos réus ser marcado.

ACD: MUDANÇA SOCIAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO DISCURSO

O método de análise crítica do discurso estuda os efeitos sociais do discurso — quem está falando, para quem está falando e o que está falando — e como esses agentes do discurso contribuem para a manutenção ou transformação das relações de poder. A abordagem crítica para análise da linguagem entende que o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, e que as pessoas — agentes do discurso — são sujeitos sociais inseridos em instituições, como família e estado, e a linguagem é usada para consolidar as organizações que as moldam. Deste modo, quem fala faz escolhas e essas escolhas não são aleatórias, mas servem para indicar sua posição no sistema social.

A análise do discurso, estudada por Fairclough (2001), visa também compreender a mudança social. Segundo o teórico (2001, p. 27), “as práticas discursivas em mudança contribuem para modificar o conhecimento (até mesmo crenças e o senso comum), as relações sociais e as identidades sociais”. Essa mudança pode ser observada em como os crimes contra as mulheres deixaram de ser considerados “crimes passionais” ou “para lavar a honra” para serem considerados feminicídios. O termo, hoje, consta na legislação e foi implementado pela mídia ao se referir aos casos resultantes da violência de gênero e também de violência doméstico-familiar.

Reconhecer a existência dos feminicídios e identificá-los dentre as mortes de mulheres é tarefa fundamental, no marco de um processo em defesa dos direitos humanos, porque apropriar-se do vocabulário “femicídio” implica em apreender um conjunto de concepções teórico-políticas que localizam a violência de gênero, suas características e seu contexto de produção (GOMES, 2018).

A mudança discursiva tem origem na problematização das convenções sociais para os produtores ou intérpretes do discurso, como acontece nas relações de gênero. Para as mulheres, a utilização do termo feminicídio deixou evidente que a morte violenta de uma mulher não é uma fatalidade, mas resultado da misoginia, que é o ódio, desprezo ou preconceito contra mulheres.

A mudança social está atrelada a democratização do discurso, pois é com a inclusão de outras vozes – como mulheres, pessoas negras, asiáticas e indígenas – em discursos de poder que é possível observar a busca pela mudança. De acordo com Fairclough (2001, p. 128), “as relações e as hegemonias tradicionais de gênero e poder podem ser preservadas ou os agentes podem contribuir para a transformação dessas relações”.

Com a democratização do acesso ao “discurso de prestígio” por vozes que costumam ser negligenciadas ou silenciadas, as práticas linguísticas se tornam menos discriminatórias. “O Discurso é não apenas o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é a coisa para o qual e pela qual a luta existe, o Discurso é poder a ser tomado” (Fairclough, 2001, p. 77 *apud* Foucault, 1984, p. 110)

DORORIDADE

Para além da análise crítica do discurso, o presente trabalho busca compreender as matérias sob o viés da dororidade. Teorizado pela autora brasileira Vilma Piedade, esse conceito deriva de estudos feministas, em que “apoio, união e irmandade entre as mulheres impulsionam o movimento” (Piedade, 2017). O termo estudado por Piedade deriva da palavra ‘sororidade’, que no latim significa irmãs. “Dororidade, vem de dor, palavra-sofrimento. Seja físico, moral, emocional” (Piedade, 2017, p. 17). Para a autora, as mulheres, em especial as mulheres pretas, são irmanadas pela dor comum.

O presente trabalho se baseia nessa teoria para entender como a dor comum entre as mulheres, tornam a cobertura de casos de violência de gênero empática e cuidadosa, pois mesmo que não tenham sofrido algo em mesmo grau, as repórteres ainda compartilham do medo diário de ser a próxima. “A identidade (origem social, gênero, classe, atitudes, crenças, e assim por diante) de um(a) falante é expressa nas formas linguísticas e nos significados que ele(a) escolhe” (Fairclough, 2001, p. 70).

Por mais que a presença da empatia não seja algo exclusivo das matérias publicadas por mulheres, as repórteres e as vítimas compartilham de características que as tornam próximas, podendo assim ser observado nessas produções, as características – mulheres, profissionais, paraibanas – e que infelizmente, não estão alheias a violência de gênero.

A GUERRA CONTRA AS MULHERES: MECANISMOS DE DEFESA E PROTEÇÃO AOS HOMENS

O termo “cultura do estupro” é uma expressão popularizada durante a segunda onda feminista pelo movimento de mulheres a partir dos anos 1970. Este conceito é utilizado para apontar que em uma sociedade existem normas e valores que naturalizam a violência sexual sofrida pelas mulheres, culpabilizando as vítimas ou relativizando a violência sofrida, em decorrência do machismo estrutural e conseqüentemente protegendo os homens.

O uso do termo “cultura” associado a prática do estupro serve para reforçar a forma como a sociedade culpa as vítimas de violência e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Isso não significa que a sociedade permita o crime ou que todos os homens são estupradores, mas que machismo e a misoginia estrutural normalizam a violência sexual contra a mulher. Partindo desde cantadas na rua, olhares desagradáveis, comentários sexistas até a violência física, como agressão sexual e feminicídio.

A subnotificação de casos de estupro, se dá principalmente, pelo medo de retaliação pelo autor da violência, constrangimento e receio de ser revitimizada no momento da denúncia. Esses fatores são consequência da natureza institucionalizada da proteção aos homens e contribui para que o estupro seja um crime recorrente, pois o violador vai sair impune ou não será enunciado pela posição de poder que ocupa. A não punição dos violadores é um dos assuntos estudados por French (1992, p. 24), “a violência masculina contra as mulheres não poderia florescer como acontece, sem o

apoio ou pelo menos a tolerância de instituições como os tribunais de justiça e a polícia”.

Um exemplo prático da proteção institucionalizada aos homens, é o caso da jovem Mariana Ferrer. Além da absorção do réu, André Camargo Aranha, pelo entendimento de que não havia provas suficientes para considerar dolo, ou seja, o acusado não tinha a intenção de estuprar ou culpa; o advogado de defesa ainda mostrou fotos de quando a vítima era modelo para atestar a tese de que a relação tinha sido consensual, utilizando a palavra ‘ginecológicas’ para se referir às imagens, como se ela não fosse uma vítima adequada. Cardoso (2016, p. 58) afirma que “há uma mistificação em torno de vítimas que as separa em categorias de inocência e culpa, o que pode tornar suas violências genuínas ou não”.

A violência contra a vítima durante o julgamento foi tamanha que após conhecimento público sobre o que aconteceu durante a audiência, foi sancionada a Lei Mariana Ferrer⁴, que aumenta a pena para o crime de coação durante a sessão de julgamento. A Legislação proíbe a utilização de linguagem, informações ou material que ofendam a dignidade da vítima ou testemunhas.

CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA

Outro fator presente dentro da cultura do estupro é a culpabilização da vítima. Na maioria dos casos, as mulheres são retratadas como causadoras do ato de violência que sofreram, sendo essa uma forma de violar a vítima mais uma vez. O termo “Culpabilização da vítima” foi utilizado pela primeira vez por William Ryan (1976) em seu livro *Blaming the victim*. Isso significa justificar um problema social desqualificando a vítima e colocando sobre ela o peso de ser causadora da própria violência.

Uma pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em 2016 registrou que 33% da população brasileira consideram que a vítima é culpada pelo estupro.⁵ De acordo com os dados, 42% dos homens e 32% das mulheres entrevistados concordaram que mulheres que se dão ao respeito não são estupradas. É perceptível que essa compreensão da violência é derivada do machismo, pois apesar de uma parcela das mulheres concordarem que a culpa é de alguma atitude da vítima, 85% das brasileiras afirmaram terem medo de ser estupradas.

Além de perpassar pelas roupas utilizadas, lugares frequentados e comportamentos adotados pela vítima, a culpabilização também alega que se a mulher não demonstrou resistência, implicitamente, deixou que seu corpo fosse violado. Esse tipo de acusação reforça a cultura do estupro e mais uma vez coloca a responsabilidade

⁴ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14245.htm>. Acesso em: 12. nov. 2022.

⁵ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-09/mais-de-um-terco-da-populacao-brasileira-responsabilizam-mulher>>. Acesso em: 22. mar. 2023.

do crime sobre a vítima. Como no caso dos policiais acusados de estuprar jovem dentro de viatura em 2021, em São Paulo. A Justiça Militar absolveu os PMs pois não houve violência e a vítima — uma jovem de 19 anos em uma viatura com dois policiais armados no meio do nada — não teria resistido ao sexo.⁶

BARBÁRIE DE QUEIMADAS

O conceito de barbárie é a condição daquilo que é selvagem, cruel, desumano e grosseiro. Foi esse o termo utilizado para nomear o caso, em que três adolescentes e sete adultos planejaram um estupro coletivo contra mulheres que estariam presentes em uma festa em fevereiro de 2012. O mentor do crime foi Eduardo dos Santos Pereira e o estupro coletivo seria o presente de aniversário do irmão dele, Luciano.

As convidadas foram presas e estupradas, já os homens que não participaram e as namoradas dos irmãos Pereira foram separados das vítimas. Em um momento da noite, Izabella reconhece Eduardo como um dos estupradores. A professora e Michelle, sua melhor amiga, que também estava no cômodo no momento, foram tiradas da festa e brutalmente assassinadas.

De todos os envolvidos no caso, apenas Luciano segue preso em regime fechado. Um foi morto, um está cumprindo a pena em regime semiaberto, três não se tem informações e os adolescentes foram liberados após cumprir medida socioeducativa. Eduardo, mentor do crime, fugiu da Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes de João Pessoa, em novembro de 2020. Um dos quatro policiais que faziam a segurança foi autuado por facilitação culposa e depois liberado. O acusado segue foragido, mas não integra a lista de criminosos da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) apesar de inúmeras solicitações feitas pelas famílias e cobranças da mídia.

O caso foi tema do segundo episódio do Linha Direta, programa da Rede Globo, apresentado em 2023 pelo jornalista Pedro Bial, que relembra crimes que estão em aberto e tem a finalidade de ajudar a localizar e prender os suspeitos, nesse caso o condenado Eduardo dos Santos. Em entrevista ao programa, Isânia Monteiro, irmã mais velha de Izabella, relata que as famílias de conhecidos pediam que ela não mencionasse que um membro estava envolvido no caso. Era mais importante manter a reputação, do que reconhecer que o familiar era um criminoso.

Foi usando o machismo institucionalizado em uma cidade conservadora do interior do Nordeste, que Eduardo dos Santos, além de planejar um estupro coletivo e matar duas mulheres, tentou convencer as vítimas sobreviventes de não relatarem o crime à polícia para não “manchar” a reputação daquelas mulheres na cidade. A repórter Camila Appel que teve acesso aos autos do processo e conversou com as vítimas

⁶ Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/22/justica-militar-absolve-pms-pelo-crime-de-estupro-em-viatura-no-litoral-de-sp-e-diz-que-vitima-nao-reagiu-ao-sexo.ghtml>>. Acesso em: 22. mar. 2023.

destacou um desses relatos. “Não vá na polícia, não dê queixa e não faça exame ginecológico porque você vai ficar mal falada. Você sabe como é Queimadas” (Linha Direta, 2023).

O estupro é definido pelo senso comum, como um ato desumano, inumano, inconcebível e indizível. Imprime a marca da vergonha e da impureza na mulher vítima, torna impuro o local onde foi realizado, mas parece não tornar impuros os sujeitos do ato, a não ser que eles venham a ser denunciados, julgados e presos (MACHADO, 2010, p.76).

ERGUER A VOZ: ANÁLISE

Ao longo dos 11 anos após o crime, a cobertura realizada pelo portal g1 Paraíba conta com 61 matérias, entre notícias com desdobramentos do caso e reportagens especiais. Do material total, 40 matérias são assinadas pela redação (g1 PB), duas por um repórter homem (Taiguara Rangel e Artur Lira) e as outras 19 são assinadas por uma repórter mulher (Karoline Zilah, Krystine Carneiro, Luana Silva, Lara Brito, Natally Domingos e Dani Fechine).

Com base nos critérios de noticiabilidade estudados por Traquina (2005), as matérias selecionadas carregam dois critérios substantivos: morte e notabilidade, sendo o primeiro por se tratar de um crime/assassinato e o segundo se caracteriza pela qualidade de um acontecimento ser visível ou evidente, nesse caso, a quantidade de pessoas envolvidas e brutalidade do crime.

Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’ (TRAQUINA, 2005, p. 63).

Entendendo a relevância do caso e os motivos que levaram a cobertura massiva do crime, a análise baseada nos estudos de Fairclough busca evidenciar que os autores de um texto fazem escolhas – nesse caso as repórteres – o que elas incluíram nas matérias e o que excluíram, os detalhes que foram colocados em destaque e quais foram minimizados passa um significado para quem está lendo o texto.

TÍTULOS

A princípio, buscou-se observar a construção dos títulos das matérias selecionadas, pois é uma parte importante para o gênero textual, uma vez que têm a função de resumir o fato jornalístico em um enunciado, simplificando o aspecto macro

da notícia (Bertolini, 2014). Nos títulos das seis matérias não há uma relação de causalidade, em que uma atitude da vítima é colocada como causa da violência sofrida.

As manchetes, principalmente quando falam dos acusados, deixam explícito quem foi o causador da ação. Para (Fairclough, 2001, p. 225), há uma razão política ou ideológica para ofuscar a agência de um fato. “Uma questão que é sempre importante é se a agência, causalidade e responsabilidade são tornadas explícitas ou deixadas vagas nos relatos de eventos importantes da mídia”.

Quadro 1 - Apresentação dos agentes e ações presentes nas manchetes

Manchetes	agentes	ações
<i>Grupo invade casa durante festa, faz reféns e mata duas na fuga na Paraíba</i>	Grupo	Invasão, fazem reféns e matam duas pessoas.
<i>Grupo foi convidado para estuprar mulheres em festa na PB, diz PM</i>	Grupo	Convidados para estuprar
<i>Testemunhas e vítimas de estupro na PB depõem nesta quinta-feira (15)</i>	Testemunhas e vítimas	Depõem
<i>Acusado de planejar estupro coletivo em 2012 na Paraíba vai a júri</i>	Acusado	planejar estupro coletivo
<i>Irmã de vítima de estupro coletivo luta por direito das mulheres na Paraíba</i>	Irmã de vítima	luta por direito das mulheres
<i>Barbárie de Queimadas: nos 10 anos do crime, mentor do estupro coletivo e feminicídio continua foragido</i>	Mentor	está foragido

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora a partir do g1 PB

Conforme os termos destacados por mim nas manchetes, o grupo é responsabilizado por suas ações, os acusados são nomeados conforme andamento do processo, o foco é no crime e não nas vítimas. Nas notícias em que trazem as vítimas como agentes de ações, não é para culpabilizá-las, mas para evidenciar atitudes importantes para o processo ou relacionadas ao caso.

CORPO DA MATÉRIA

A primeira notícia sobre o crime e os outros desdobramentos posteriores apresentam uma forte presença do oficialismo. As informações que descrevem o que

aconteceu são baseadas no que foi dito pela Polícia Militar e pelos delegados da Polícia Civil.

Oficialismo, esta expressão aqui utilizada para indicar a fonte 'oficial' ou 'mais oficial' de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou do governo. No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência, a versão oficial (ABRAMO, 2016, p. 45).

Conforme evidenciado por (Brito, 2022, p. 39) nas publicações do portal g1 PB existe “predominância das fontes policiais, sejam delegados responsáveis pelas investigações e policiais militares que atenderam a ocorrência”. Em entrevista a (Brito, 2022, p. 39), Krystine Carneiro, editora do webjornalismo, afirma que priorizar as fontes oficiais é uma orientação da Pauta do g1 (nacional) para as notícias em geral. Para um caso ser noticiado no portal é preciso a confirmação de uma investigação do Ministério Público, da polícia ou a vítima fazer um registro na delegacia.

Na primeira frase para descrever a “Barbárie de Queimadas” é utilizado o termo “tragédia”. Usado no sentido figurado, significa um acontecimento triste, trágico, terrível; desgraça. De acordo com (Fairclough, 2001, P. 230), as palavras têm vários significados, podendo ser usado o sentido do dicionário ou outro, e isso representa a escolha do produtor do texto. Nesse caso, o termo no sentido figurado foi escolhido para descrever a brutalidade do caso. “**Uma festa de aniversário terminou em tragédia** na madrugada deste domingo (12) no município de Queimadas, 147 km de João Pessoa” (Carneiro, g1 PB. grifo meu). A notícia apresenta ao público detalhes do crime, mas não identifica suspeitos ou vítimas com nomes ou imagens. São apresentadas apenas as idades das mulheres que foram assassinadas.

Uma delas, de 29 anos, foi assassinada em frente à igreja do Centro de Queimadas, atingida por quatro tiros, sendo dois na cabeça [...] **A segunda vítima, de 27 anos**, foi encontrada na estrada que liga Queimadas a Fagundes dentro do carro usado na fuga dos criminosos. (CARNEIRO, g1 PB. grifo meu).

A segunda notícia selecionada sob o título “Grupo foi convidado para estupro de mulheres em festa na PB, diz PM”. Para se referir aos culpados do crime é utilizado o termo “suspeitos”, seguindo a regra de presunção de inocência até que a pessoa seja devidamente acusada ou seja julgada. Mas a forma que o jornalista escolhe para nomear alguém envolvido em um crime emprega uma visão específica do autor do texto sobre o caso. Se a repórter tivesse escolhido “trabalhadores”, “amigos que também estavam na festa” ou “convidados”, o sentido seria completamente outro.

Oito homens foram presos na noite do domingo (12) e na madrugada desta segunda-feira (13) **por suspeita de envolvimento no estupro e morte de duas mulheres** durante uma festa no município de Queimadas, no Agreste paraibano (ZILAH, g1 PB. grifo meu).

Ainda no primeiro ano do crime, a terceira matéria selecionada apresenta a informação de que testemunhas e vítimas serão ouvidas pela justiça. Já no título há uma separação entre testemunhas e vítimas, evidenciando que mesmo presente na festa, são diferentes visões sobre o caso – quem presenciou e quem foi violentado.

Testemunhas e vítimas do estupro coletivo que culminou em duas mortes no município de Queimadas, na Paraíba, devem ser ouvidas nesta quinta-feira (15) pela juíza Andréa Dantas Ximenes, da Vara da Infância e Juventude (ZILAH, g1 PB. grifo meu).

O portal continuou acompanhando os desdobramentos do caso e após os culpados serem indiciados, foram produzidas outras notícias com atualizações e relembando o crime. Determinados grupos são tratados pelos jornalistas como fontes confiáveis e têm suas vozes mais largamente representadas no discurso da mídia (Fairclough, 2001, p. 143). Apesar da presença frequente de fontes oficiais como a polícia, na matéria sobre o júri do mentor do crime, outras vozes ganham espaço dentro do texto. A repórter insere trechos de um texto escrito pela Marcha Mundial das Mulheres. O acesso a instituições e posições dentro delas, também permite acesso ao discurso (Fairclough, 2001, p. 250). A produtora do texto pela sua posição, abre espaço para que outras mulheres possam falar e legitima a opinião, que normalmente não seria dada em uma notícia.

A Marcha Mundial das Mulheres considera casos de estupros coletivos **“manifestações extremas do machismo”**, conforme publicado no site do grupo. Exemplo disso é que ainda hoje as famílias das vítimas são hostilizadas na cidade por pessoas ligadas aos autores do crime. **Existe um discurso violento e depreciativo que busca legitimar essa barbárie**, ao sugerir que as vítimas fossem prostitutas ou que mereciam o acontecido por simplesmente terem comparecido à suposta festa de aniversário num domingo à noite”, diz o texto. (CARNEIRO, g1 PB. grifo meu)

A notícia também relaciona o caso com o de outra adolescente da cidade de Queimadas, Ana Alice Macedo, que foi violentada e encontrada morta aos 16 anos, também em 2012. Na data da publicação, o acusado pelo crime ainda não tinha sido julgado e as mulheres pediam justiça. Essa ligação entre os casos evidencia que não é um caso isolado.

Após o julgamento, o portal continuou acompanhando a história das pessoas envolvidas. Uma das reportagens foi sobre a irmã de uma das vítimas que começou a atuar no direito das mulheres. No texto é perceptível o uso frequente do termo “luta” para se referir a atuação de Isânia Monteiro. Para Fairclough (2001, p. 70) “a identidade (origem social, gênero, classe, atitudes, crenças, e assim por diante) de um(a) falante é expressa nas formas linguísticas e nos significados que ele(a) escolhe”

Há quem consiga **tirar da dor da violência contra a mulher, a força para lutar**. Foi o que aconteceu com Isania Monteiro. [...] ela usou toda a **experiência da busca por Justiça** para ajudar a **evitar que outras mulheres sofram violência e auxiliar aquelas que já foram agredidas** de alguma forma. **Engajada na luta**, Isania percebeu que poderia ajudar outras pessoas (CARNEIRO, g1 PB. grifo meu).

Além da escolha específica para se referir à uma mulher, determinadas orações presentes no texto, mesmo que escrito de forma impessoal, evidenciam a identidade e a opinião de quem escreveu, como “para que a Paraíba não esquecesse as mulheres de Queimadas” e “a Justiça começou a ser feita. Três adolescentes foram condenados a cumprir medidas socioeducativas, e seis dos réus foram condenados [...]”. Mais uma vez garantindo a democratização do acesso ao discurso, a notícia também traz falas de Isânia, apresentando a visão dela sobre a cultura machista que ainda culpava a irmã dela e a outra vítima assassinada na Barbárie de Queimadas.

Comecei uma batalha no município, mostrando à população que tanto Isabella quanto Michelle não eram as culpadas pelo que aconteceu. **Ainda existia essa ideia de culpabilizar as vítimas. As pessoas questionavam: por que elas estavam na festa? Por que se envolveram com essas pessoas?** (Isânia em entrevista ao g1. Grifo meu).

No dia em que a Barbárie de Queimadas completou uma década, uma reportagem especial foi publicada pelas repórteres Luana Silva e Lara Brito, apontando que o mentor principal do crime estava foragido e apenas um dos culpados estava preso. A escolha do termo “indignação nacional” mostra o peso daquele crime para o país e com as informações sobre o atual estado do caso, passa um tom de descrença.

Dez anos depois do crime que **causou indignação nacional** e ficou conhecido como 'Barbárie de Queimadas', o **mentor da ação**, Eduardo dos Santos Pereira, condenado a 108 anos de prisão, **está foragido desde 2020 [...] Dos dez homens envolvidos na noite do estupro coletivo e feminicídio de duas mulheres** – a professora Izabella Pajuçara e a recepcionista Michele Domingos – **apenas um permanece preso em regime fechado**, segundo o advogado da família de Izabella (SILVA. BRITO, g1 PB. Grifo meu).

Diferente das outras matérias sobre o caso, a reportagem utiliza o termo feminicídio para se referir ao crime. A Lei de feminicídio entrou em vigor em 2015, classificando o ato como crime hediondo, um ano após o julgamento de Queimadas. Nomeando o termo como deve ser, o sentimento de posse masculina pelo ser ‘mulher’ é reconhecido. O mesmo acontece em crimes de estupro, que é a aplicação da ideia de posse do homem sobre o corpo feminino, restringindo a mulher o direito ao espaço urbano e o medo constante de ser a próxima.

O texto relembra o fato de que os acusados eram conhecidos das vítimas. “As cinco mulheres não imaginavam que seriam as vítimas de um estupro coletivo dos homens que chamavam de amigos” (Silva, Luana e Brito, Lara, 2020). Na maioria das vezes, o crime é perpetrado por algum conhecido da vítima, parente, colega ou mesmo o parceiro íntimo. A reportagem fala sobre as vítimas, mas não só pelo viés do crime sofrido. O texto é construído, contando quem era a professora de química Izabella Pajuçara e a recepcionista Michelle Domingos, os projetos futuros e as lembranças dos familiares.

A 'Barbárie de Queimadas' **interrompeu as vidas de duas mulheres que eram profissionais, filhas, irmãs e amigas**. Izabella Pajuçara, de 27 anos, **em poucos dias seria empossada em um concurso público** que teria sido aprovada em primeiro lugar. [...] Já Michele Domingos era recepcionista. Com 29 anos, **era a mais velha de seis irmãos** (SILVA, Luana, BRITO, LARA. g1 PB. Grifo meu).

Thurler (2017, p. 28) afirma que “a desumanização das vítimas é um processo de desvalorização, mesmo após a morte, não reconhecendo-as, omitir sua identidade, seu nome, sua profissão/atividade, filhos [...]”, invisibilizando a vítima por falta de empatia. Diferentemente dessa característica presente na mídia observada pela autora, a reportagem dos dez anos do crime, evidencia a identidade das autoras do texto e suas escolhas mostram a visão empática de não culpabilizar a vítima e lembrar que elas não se resumem a violência sofrida, mas possuem histórias próprias, sendo filhas, profissionais e amigas.

Além da humanização das vítimas, a reportagem de 10 anos do crime apresenta ao público o sentimento de perda e impunidade por parte da família. O vazio deixado pelas duas jovens e o descrédito na justiça pela fuga do principal mentor do caso, evidenciada pela falta de mobilização para a captura do criminoso, que até o atual momento se encontra foragido.

A partir da análise das matérias selecionadas do portal g1 PB é possível determinar algumas características da presença de empatia em um texto.

Quadro 2: Características da presença de empatia nas matérias do portal g1 PB

Características	
Agência e nominalização	As vítimas não são culpabilizadas e os acusados são responsabilizados por suas ações; Criminosos são nomeados de acordo com o andamento do processo.

Respeito às vítimas	O nome das vítimas que ainda estão vivas são preservados por segurança.
Busca por justiça	Matérias acompanham o andamento do processo, citam protestos pela resolução do caso e atualizam a situação dos condenados, principalmente, o que está foragido no momento.
Presença de diferentes vozes	Apesar da forte presença do oficialismo no material selecionado, as matérias ouvem familiares e o grupo de mulheres contra o machismo.
Humanização	As vítimas que morreram não são resumidas a violência sofrida. Elas são lembradas por serem profissionais, amigas e filhas.

Fonte: Dados organizados pela pesquisadora

As 5 características da presença de empatia levantadas na tabela apontam para o conceito de mudança e transformação do discurso. Com a banalização da cultura do estupro, as mulheres não são vítimas apenas da violência e do criminoso que a praticou, mas também de todos os setores da sociedade que normalizam e legitimam essas atitudes violentas. Reconhecendo que o jornalismo é um espaço de discurso de poder, a presença das mulheres é um ato político e provoca alterações no fazer jornalístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura do estupro normaliza e relativiza a violência sofrida por mulheres, culpabilizando as vítimas e assim defendendo os comportamentos machistas e misóginos dos homens. O que chamei no presente trabalho de “mecanismo de defesa dos homens” parte da naturalização de comentários e olhares sobre o corpo feminino, passa pela restrição da presença das mulheres em determinados lugares ou a imposição de certo padrão de certa roupa por não ser considerado seguro até a manifestação extrema da violência: a violência física, o estupro e o feminicídio.

A análise permitiu concluir que a presença de mulheres proporcionou às matérias um olhar atento para não ser mais um violador no caso das vítimas. Buscando humanizar as vítimas, não foi questionado que roupas elas usavam, porque estavam na festa ou se já tinham se relacionado com um dos criminosos. A Barbárie de Queimadas foi tratada exatamente como foi: uma barbárie contra mulheres, sem abertura para outras interpretações.

Onze anos depois e o crime continua pautando matérias, se mostrando um tema relevante para o estado. As reportagens especiais foram escritas por mulheres para um resgate da memória das vítimas, para lembrar que o principal mentor continua solto sem pagar pelo crime cometido e cobrar as autoridades por uma resolução.

Assim compreendendo que o machismo e a misoginia continuam presentes no trabalho jornalístico assim como na sociedade e perceber que onze anos depois da Barbárie de Queimadas, crimes de violência de gênero contra mulheres e meninas continuam sendo pautas no jornalismo no brasileiro, pode ser observado que muitas mulheres sofrem violência todos os dias e escolhem silenciar por medo, outras são silenciadas pelo feminicídio, portanto a importância das mulheres no jornalismo é ecoar essas vozes em busca de justiça.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 88 p.

BERTOLINI, J. O título da notícia na Internet: funções clássicas e impactos na leitura e na compreensão do texto. **Ciência em Curso**, Palhoça, SC, v. 3, n. 2, p. 99-110, Jul/Dez 2014.

BRITO, Lara de Oliveira. **Violência pandêmica: um estudo sobre as notícias de feminicídio no g1 paraíba durante a covid-19**. (Monografia em Jornalismo) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

BRITO, Lara. SILVA, Luana. Barbárie de Queimadas: nos 10 anos do crime, mentor do estupro coletivo e feminicídios continua foragido. **g1 PB**, 12 fev. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/02/12/barbarie-de-queimadas-nos-10-anos-do-crime-mentor-do-estupro-coletivo-e-femicidios-continua-foragido-apos-fuga.ghtml>> Acesso em 14 out. 2022.

CARDOSO, Isabela Cristina Barros. **Discursos sobre a violência contra mulher no webjornalismo e nas redes sociais**. 1-150. Dissertação (Pós-Graduação em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CARNEIRO, Krystine. Acusado de planejar estupro coletivo em 2012 na Paraíba vai a júri. **g1 PB**, 25 set. 2014. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2014/09/acusado-de-planejar-estupro-coletivo-e-m-2012-na-paraiba-vai-juri.html>> Acesso em 14 out. 2022.

CARNEIRO, Krystine. Grupo invade casa durante festa, faz reféns e mata duas na fuga na Paraíba. **g1 PB**, 12 fev. 2012. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/02/grupo-invade-casa-durante-festa-faz-r efens-e-mata-duas-na-fuga-na-paraiba.html>> Acesso em 14 out. 2022.

CARNEIRO, Krystine. Irmã de vítima de estupro coletivo luta por direitos das mulheres na Paraíba. **g1 PB**, 8 mar. 2017. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2017/03/irma-de-vitima-de-estupro-coletivo-luta-por-direitos-das-mulheres-na-paraiba.html>> Acesso em 14 out. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 316.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Disponível em:
<<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>> Acesso em: 19 out 2022.

FRENCH, Marilyn. **A guerra contra as mulheres**. São Paulo: Best Seller, 1992.

GOMES, Izabel Solyszko. Femicídios: um longo debate. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol 26. n. 2. p. 1-16. 2018.

LINHA DIRETA. Direção: Gian Carlo Belotti. Produção: Anelise Franco. Rio de Janeiro: Globoplay, 2023. 1 vídeo (50 min). Disponível em:
<<https://globoplay.globo.com/v/11611120/>> Acesso em 11 mai. 2023.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.
PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. 1. ed. São Paulo: Nós, 2017.

RYAN, William. **Blaming the victim**. Nova York: Pantheon Books, 1971.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - uma comunidade Interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

ZILAH, Karoline. Grupo foi convidado para estuprar mulheres em festa na PB, diz PM. **g1 PB**, 13 fev. 2012. Disponível em:
<<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/02/grupo-foi-convidado-para-estuprar-mulheres-em-festa-na-pb-diz-pm.html>> Acesso em 10 out. 2022.

ZILAH, Karoline. Testemunhas e vítimas de estupro na PB depõem nesta quinta-feira (15). **g1 PB**, 15 mar. 2012. Disponível em:
<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2012/03/testemunhas-e-vitimas-de-estupro-na-pb-depoem-nesta-quinta-feira-15.html>> Acesso em 10 out. 2022.